EDUCAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO BRASILEIRO

DÉBORA RIBEIRO FREIRE DE MELO

RESUMO
A educação baseada em evidências tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma abordagem relevante para a qualificação das práticas pedagógicas, da gestão escolar e das políticas públicas educacionais. Inspirada em áreas como a medicina baseada em evidências, essa perspectiva defende que decisões educacionais sejam fundamentadas em resultados de pesquisas científicas sistemáticas, sem desconsiderar a experiência profissional do docente e as especificidades dos contextos escolares. O presente artigo tem como objetivo discutir os fundamentos teóricos da educação baseada em evidências, os principais tipos de evidência produzidos no campo educacional e suas contribuições para a prática pedagógica, bem como refletir sobre seus limites e desafios no contexto da educação brasileira. Trata-se de um estudo de natureza teórica e bibliográfica, fundamentado em artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais disponíveis em acesso aberto na internet. As análises apontam que práticas como o uso de feedback formativo, a avaliação contínua da aprendizagem, o ensino explícito e o estabelecimento de altas expectativas docentes apresentam respaldo empírico consistente na literatura educacional. Conclui-se que a educação baseada em evidências não deve ser compreendida como um conjunto de prescrições técnicas, mas como um suporte qualificado à tomada de decisão pedagógica, contribuindo para a construção de uma educação mais equitativa, reflexiva e comprometida com a aprendizagem dos estudantes. Argumenta-se que a consolidação dessa abordagem exige uma mudança paradigmática na formação docente, orientada para o desenvolvimento de uma mentalidade científica e investigativa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação baseada em evidências; Prática pedagógica; Pesquisa educacional; Formação docente.

ABSTRACT
Evidence-based education has gained increasing relevance as an approach to improving pedagogical practices, school management, and educational public policies. Inspired by fields such as evidence-based medicine, this perspective advocates that educational decisions should be grounded in systematic scientific research, while also taking into account teachers' professional experience and the specific characteristics of educational contexts. This article aims to discuss the theoretical foundations of evidence-based education, the main types of evidence produced in the educational field, and their contributions to pedagogical practice, as well as to reflect on its limitations and challenges in the Brazilian educational context. This is a theoretical and bibliographic study based on scientific articles, institutional reports, and official documents available through open-access sources. The analysis indicates that practices such as formative feedback, continuous assessment of learning, explicit instruction, and high teacher expectations are strongly supported by empirical evidence. It is concluded that evidence-based education should not be understood as a set of technical prescriptions, but rather as a qualified support for pedagogical decision-making, contributing to a more equitable, reflective, and effective education. It is argued that the consolidation of this approach requires a paradigmatic shift in teacher education, oriented toward the development of a scientific and investigative mindset.

KEYWORDS: Evidence-based education; Pedagogical practice; Educational research; Teacher education.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o campo educacional tem sido atravessado por intensos debates acerca da qualidade do ensino, da eficácia das práticas pedagógicas e dos critérios que orientam a tomada de decisões em escolas e sistemas educacionais. Em um cenário marcado por rápidas transformações sociais, avanços científicos e demandas crescentes por equidade e aprendizagem significativa,

torna-se cada vez mais necessário refletir sobre quais fundamentos sustentam as escolhas pedagógicas realizadas no cotidiano escolar. É nesse contexto que a educação baseada em evidências ganha destaque como uma abordagem que busca aproximar a pesquisa científica da prática educacional.

Falar em educação baseada em evidências hoje significa reconhecer que a docência e a gestão educacional envolvem decisões complexas, cujos impactos recaem diretamente sobre o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes. Ao longo da história da educação, muitas práticas foram consolidadas e reproduzidas com base na tradição, na autoridade de determinados autores ou na experiência individual dos profissionais. Embora a experiência docente seja um elemento fundamental do fazer pedagógico, estudos recentes têm apontado que nem todas as práticas amplamente difundidas produzem, de fato, os resultados esperados no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, decisões pedagógicas fundamentadas apenas em opiniões pessoais, crenças individuais ou modismos educacionais apresentam limites importantes. Propostas metodológicas frequentemente são incorporadas ao discurso educacional sem que haja análise crítica de sua efetividade, sendo difundidas por meio de tendências, materiais comerciais ou redes sociais, muitas vezes desvinculadas de evidências empíricas consistentes. Esse movimento contribui para a adoção de práticas que podem não apenas ser pouco eficazes, mas também reforçar desigualdades educacionais e comprometer o direito dos estudantes a uma educação de qualidade.

A educação baseada em evidências surge, portanto, como uma resposta a esse cenário, defendendo que decisões pedagógicas e políticas educacionais sejam informadas por resultados de pesquisas científicas sistemáticas, produzidas a partir de métodos rigorosos e replicáveis. Inspirada em áreas como a medicina baseada em evidências, essa perspectiva não propõe a substituição do julgamento profissional do educador, mas sua qualificação, ao articular conhecimento científico, experiência docente e análise contextual.

Assim, discutir a educação baseada em evidências no contexto atual implica problematizar o afastamento histórico entre a produção acadêmica e a prática escolar, bem como questionar a legitimação de práticas pedagógicas ancoradas apenas na tradição ou na intuição. Ao promover uma cultura de decisões educacionais mais informadas, críticas e responsáveis, a educação baseada em evidências apresenta-se como uma possibilidade concreta para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a construção de sistemas educacionais mais eficazes, equitativos e comprometidos com a aprendizagem dos estudantes.

EDUCAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS: CONCEITO E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A educação baseada em evidências pode ser compreendida como uma abordagem que defende o uso sistemático e crítico do conhecimento científico produzido pela pesquisa educacional para orientar a tomada de decisões pedagógicas e educacionais. Essa perspectiva parte do princípio de que práticas de ensino, intervenções pedagógicas e políticas educacionais devem ser avaliadas a partir de dados empíricos confiáveis, produzidos por meio de métodos científicos rigorosos, e não apenas por tradições históricas, convicções pessoais ou tendências momentâneas.

A origem dessa abordagem está diretamente associada ao movimento da medicina baseada em evidências, que ganhou força a partir da década de 1990, ao propor que decisões clínicas fossem fundamentadas nas melhores evidências científicas disponíveis, aliadas à experiência profissional e às características individuais dos pacientes. Conforme Davies (1999), a educação baseada em evidências emerge como tentativa de aproximação entre pesquisa empírica e decisões educacionais, inspirada nas ciências da saúde.

Ao transpor essa lógica para o campo educacional, autores como Slavin (2019) argumentam que a educação também precisa avançar para um modelo no qual as escolhas pedagógicas sejam sustentadas por pesquisas que demonstrem, de forma consistente, seus efeitos sobre a aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, a educação baseada em evidências não propõe a substituição do

professor por prescrições técnicas, mas a qualificação do julgamento profissional docente. Conforme Slavin (2019), utilizar evidências científicas não significa aplicar práticas de forma automática, mas analisar criticamente os resultados das pesquisas, considerando o contexto escolar, o perfil dos estudantes e os objetivos educacionais envolvidos. Trata-se, portanto, de uma abordagem que valoriza a autonomia docente, desde que ancorada em conhecimento científico sólido.

Um dos autores mais influentes nesse debate é John Hattie, cujas pesquisas se baseiam em extensas meta-análises que sintetizam resultados de milhares de estudos educacionais. Em sua obra Visible Learning, Hattie (2009) busca identificar quais fatores exercem maior impacto sobre a aprendizagem, utilizando o conceito de tamanho de efeito (effect size) como parâmetro para comparar a eficácia de diferentes práticas pedagógicas. Seus estudos evidenciam que fatores como feedback formativo, clareza dos objetivos de aprendizagem e altas expectativas docentes apresentam impacto significativamente superior à média sobre o desempenho dos estudantes.

Nesse debate, é importante reconhecer também as críticas epistemológicas à ideia de que evidências empíricas possam, por si só, orientar decisões educacionais complexas. Biesta (2007) argumenta que a pergunta “o que funciona?” é insuficiente quando descolada de reflexões sobre os propósitos, os valores e os efeitos éticos da educação, alertando para o risco de reduzir práticas pedagógicas a respostas técnicas a problemas normativamente constituídos.

Ao discutir o papel das evidências na prática educativa, Hattie (2009) ressalta que o ensino eficaz deve tornar visível tanto o processo de aprendizagem do aluno quanto o impacto das ações do professor. Para o autor, práticas pedagógicas só podem ser consideradas eficazes quando seus efeitos são observáveis e avaliáveis, o que reforça a necessidade de decisões pedagógicas informadas por evidências empíricas, e não apenas por percepções subjetivas.

No campo da psicologia cognitiva, Daniel Willingham contribui ao demonstrar como evidências científicas sobre o funcionamento da mente humana podem orientar práticas de ensino mais eficazes. Segundo Willingham (2006), muitos erros pedagógicos decorrem de concepções equivocadas sobre como os estudantes aprendem, o que reforça a importância de utilizar conhecimentos produzidos pela ciência cognitiva para fundamentar estratégias didáticas. O autor afirma que compreender os limites e as potencialidades da memória, da atenção e da motivação é essencial para o planejamento de práticas pedagógicas efetivas.

No contexto brasileiro, Lucelmo Lacerda tem se destacado como um dos principais autores na defesa da educação baseada em evidências, especialmente ao problematizar a presença de práticas pseudocientíficas no campo educacional. Para este estudioso, a adoção de propostas pedagógicas sem respaldo empírico compromete a qualidade do ensino e dificulta a construção de políticas educacionais mais eficazes e equitativas. O autor destaca que evidência científica não se confunde com opinião qualificada ou tradição consolidada, mas com resultados produzidos a partir de critérios de validade, confiabilidade e replicabilidade. Ao estabelecer um paralelo direto com a medicina baseada em evidências, LACERDA (2020) ressalta que um conhecimento só pode ser considerado evidenciado quando apresenta relevância prática, suficiência empírica e veracidade metodológica. Nesse sentido, o autor alerta para o uso impreciso do termo “evidências” no discurso educacional, frequentemente empregado para legitimar práticas que não passaram por avaliações científicas rigorosas.

De forma sintética, os fundamentos da educação baseada em evidências assentam-se na articulação entre pesquisa científica de qualidade, experiência profissional docente e análise contextual das realidades escolares. Ao promover uma cultura educacional orientada por dados e estudos empíricos, essa abordagem contribui para decisões pedagógicas mais conscientes, críticas e responsáveis, sem desconsiderar a complexidade inerente aos processos educativos.

TIPOS DE EVIDÊNCIAS E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO

A educação baseada em evidências apoia-se na compreensão de que nem todo conhecimento produzido no campo educacional possui o mesmo grau de

confabilidade ou aplicabilidade. Nesse sentido, falar em evidências implica reconhecer a importância dos métodos de pesquisa utilizados, da replicabilidade dos resultados e da consistência empírica dos achados. Diferentes tipos de estudos contribuem para a construção do conhecimento educacional, sendo necessário compreender seus alcances e limitações para um uso adequado na prática pedagógica.

Entre as principais fontes de evidência na educação, destacam-se os estudos experimentais e quase-experimentais, as meta-análises, os estudos da psicologia cognitiva e os dados provenientes de avaliações em larga escala. Cada uma dessas abordagens oferece contribuições específicas para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem.

As meta-análises, amplamente utilizadas por John Hattie, consistem na síntese estatística de resultados de múltiplos estudos sobre um mesmo tema. Essa metodologia permite identificar padrões mais consistentes e reduzir o impacto de vieses presentes em pesquisas isoladas. Ao analisar milhares de estudos educacionais, Hattie (2009) identificou práticas com diferentes níveis de impacto na aprendizagem, utilizando o conceito de tamanho de efeito para comparar sua eficácia relativa.

Embora as meta análises contribuam para a identificação de padrões recorrentes na pesquisa educacional, autores como Hammersley (2005) alertam que a hierarquização rígida de evidências pode invisibilizar resultados oriundos de abordagens qualitativas e interpretativas, especialmente em contextos educacionais marcados por diversidade social e cultural.

Um exemplo amplamente citado por Hattie refere-se ao feedback formativo, que apresenta um tamanho de efeito elevado quando comparado a outras intervenções pedagógicas. O feedback, quando claro, específico e orientado ao progresso do estudante, contribui significativamente para a aprendizagem, pois permite que o aluno compreenda o que já aprendeu, o que ainda precisa aprender e como pode avançar. Esse tipo de evidência reforça a importância de práticas avaliativas contínuas, em oposição a modelos exclusivamente classificatórios.

Outro exemplo destacado nas meta-análises de Hattie diz respeito às altas expectativas docentes. Estudos indicam que professores que acreditam na capacidade de aprendizagem de seus alunos tendem a promover interações pedagógicas mais estimulantes, o que impacta positivamente o desempenho acadêmico. Trata-se de um achado relevante, pois evidencia que aspectos relacionais e expectativas profissionais também constituem práticas fundamentadas em evidências empíricas.

Os estudos experimentais e quase-experimentais, defendidos por Robert Slavin, também ocupam lugar central na educação baseada em evidências. Para Slavin (2019), programas educacionais e intervenções pedagógicas devem ser avaliados a partir de desenhos de pesquisa que permitam comparar grupos, controlar variáveis e identificar efeitos causais. Um exemplo recorrente em seus estudos é a aprendizagem cooperativa, prática que, quando estruturada adequadamente, apresenta resultados positivos consistentes sobre o desempenho dos estudantes, sobretudo em contextos de diversidade educacional.

Slavin argumenta que a simples adoção de métodos inovadores não garante melhores resultados. É necessário que essas práticas sejam submetidas a avaliações rigorosas, demonstrando sua efetividade em diferentes contextos escolares. Esse princípio reforça a crítica à incorporação de programas educacionais sem validação empírica, frequentemente disseminados como soluções universais para problemas complexos da educação.

A psicologia cognitiva, representada por autores como Daniel Willingham, também oferece importantes evidências para a prática pedagógica. Willingham (2006) destaca que o ensino eficaz precisa considerar como a mente humana processa, armazena e recupera informações. Um exemplo recorrente em seus estudos é a defesa do ensino explícito em determinados momentos do processo educativo, especialmente na introdução de novos conceitos.

Segundo Willingham, estratégias baseadas exclusivamente na descoberta autônoma podem sobrecarregar a memória de trabalho dos estudantes, dificultando a aprendizagem. Evidências da psicologia cognitiva indicam que explicações claras, exemplos bem escolhidos e prática guia-

da são fundamentais para a consolidação do conhecimento, especialmente entre estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem.

No contexto brasileiro, Lucelmo Lacerda contribui para o debate ao discutir os critérios que qualificam uma prática como baseada em evidências. Para o autor, evidências científicas exigem relevância prática, suficiência empírica e veracidade metodológica (LACERDA, 2020). Um exemplo citado em seus textos refere-se à crítica a propostas pedagógicas amplamente difundidas no discurso educacional, mas que carecem de estudos empíricos que comprovem sua eficácia.

Lacerda (2023) alerta que a ausência de critérios claros para o uso do termo "evidências" tem favorecido a legitimação de práticas pseudocientíficas no campo educacional. Esse cenário reforça a importância de formar professores e gestores capazes de interpretar pesquisas científicas, distinguindo evidências robustas de opiniões ou discursos baseados apenas em autoridade ou intencionalidade pedagógica.

Por fim, as avaliações em larga escala, como o SAEB e o IDEB no contexto brasileiro, constituem outra fonte relevante de evidência. Embora não indiquem diretamente quais práticas devem ser adotadas em sala de aula, esses dados permitem identificar tendências, desigualdades e impactos de políticas educacionais. Quando analisadas de forma crítica, essas informações contribuem para decisões pedagógicas e administrativas mais informadas.

Em síntese, a educação baseada em evidências apoia-se em um conjunto articulado de fontes de conhecimento, que vão desde estudos experimentais e meta-análises até evidências da psicologia cognitiva e dados educacionais amplos. O uso qualificado dessas evidências exige formação, análise crítica e contextualização, reforçando o papel do professor como profissional reflexivo e não como mero aplicador de prescrições externas.

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Um dos principais desafios da educação baseada em evidências consiste na tradução do conhecimento científico em práticas pedagógicas concretas, capazes de impactar positivamente a aprendizagem dos estudantes no cotidiano escolar. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender de que forma as evidências produzidas pela pesquisa educacional podem orientar o planejamento, a mediação docente e os processos avaliativos, sem reduzir o ensino a um conjunto de procedimentos rígidos ou descontextualizados.

A literatura aponta que práticas pedagógicas fundamentadas em evidências não se caracterizam por metodologias específicas ou modismos didáticos, mas por princípios amplos e recorrentes, validados empiricamente em diferentes contextos educacionais. Entre esses princípios, destacam-se o uso da avaliação formativa, o feedback formativo, o ensino explícito e a manutenção de altas expectativas em relação à aprendizagem dos estudantes.

A avaliação formativa constitui um dos elementos mais relevantes no campo da educação baseada em evidências. Diferentemente das avaliações exclusivamente classificatórias, a avaliação formativa tem como finalidade acompanhar o processo de aprendizagem, identificar dificuldades e orientar intervenções pedagógicas mais precisas. Segundo Hattie (2009), práticas avaliativas que informam o professor e o aluno sobre o progresso da aprendizagem apresentam impacto significativamente maior do que avaliações que apenas mensuram resultados finais.

Nesse contexto, o uso sistemático da avaliação formativa permite ao professor ajustar suas estratégias de ensino, reorganizar conteúdos e oferecer suporte pedagógico adequado às necessidades dos estudantes. Evidências indicam que essa prática contribui para a redução de lacunas de aprendizagem e para o fortalecimento da autorregulação dos alunos, especialmente quando associada a critérios claros de sucesso e objetivos de aprendizagem bem definidos.

Associado à avaliação formativa, o feedback formativo destaca-se como uma das intervenções pedagógicas com maior respaldo empírico na literatura educacional. De acordo com Hattie (2009), o feedback eficaz é aquele que fornece informações claras sobre o desempenho do estudante, orientando-o sobre como melhorar e avançar em seu processo de aprendizagem. Feedbacks vagos,

genéricos ou centrados apenas no erro apresentam impacto limitado, enquanto devolutivas específicas e orientadas ao progresso tendem a produzir melhores resultados.

Do ponto de vista da prática pedagógica, isso implica deslocar o feedback de uma função meramente corretiva para uma função instrucional. O professor que utiliza evidências para orientar sua prática compreende o feedback como parte integrante do processo de ensino, distribuído ao longo das atividades, e não apenas ao final de avaliações formais.

Outro aspecto amplamente respaldado por evidências refere-se ao ensino explícito, especialmente na introdução de novos conteúdos ou habilidades. Pesquisas da psicologia cognitiva, discutidas por Willingham (2006), demonstram que a aprendizagem ocorre de forma mais eficiente quando o professor apresenta explicações claras, exemplos bem estruturados e oportunidades de prática guiada. Esse tipo de abordagem reduz a sobrecarga da memória de trabalho dos estudantes e favorece a compreensão conceitual.

Willingham ressalta que estratégias baseadas exclusivamente na descoberta ou na resolução autônoma de problemas podem ser ineficazes quando os alunos ainda não dominam os conhecimentos básicos necessários. Assim, evidências indicam que momentos de instrução direta não apenas são compatíveis com práticas pedagógicas de qualidade, como também são essenciais em determinadas etapas do processo de aprendizagem.

Além das estratégias instrucionais, a literatura destaca o impacto das expectativas docentes sobre o desempenho dos estudantes. Estudos sintetizados por Hattie (2009) indicam que professores que mantêm altas expectativas em relação à capacidade de aprendizagem de seus alunos tendem a promover interações pedagógicas mais desafiadoras e encorajadoras, o que se reflete em melhores resultados acadêmicos. Trata-se de uma evidência relevante, pois reforça que aspectos relacionais e atitudes profissionais também constituem práticas baseadas em evidências.

No contexto brasileiro, Lacerda (2023) contribui para o debate ao enfatizar que a aplicação de evidências na prática pedagógica exige formação científica e senso crítico. Para o autor, não basta mencionar evidências de forma genérica; é necessário compreender seus limites, critérios e possibilidades de adaptação ao contexto escolar. Evidências não substituem o professor, mas qualificam suas decisões, desde que utilizadas de maneira reflexiva e contextualizada.

Nesse sentido, a educação baseada em evidências não se configura como um modelo prescritivo ou tecnicista, mas como uma abordagem que fortalece a autonomia docente. Ao combinar conhecimento científico, experiência profissional e análise das condições reais de ensino, o professor amplia sua capacidade de intervir pedagogicamente de forma intencional, consciente e responsável.

Em síntese, integrar evidências científicas à prática pedagógica implica repensar o ensino como um processo continuamente avaliado, ajustado e fundamentado em dados. Estratégias como avaliação formativa, feedback eficaz, ensino explícito e expectativas positivas não representam soluções isoladas, mas componentes interdependentes de uma prática educativa orientada pela ciência e comprometida com a aprendizagem dos estudantes.

LIMITES, DESAFIOS E RISCOS DA EDUCAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS

Apesar das contribuições relevantes da educação baseada em evidências para o aprimoramento das práticas pedagógicas e das políticas educacionais, essa abordagem não está isenta de limites, desafios e riscos que precisam ser cuidadosamente considerados. A compreensão acrítica das evidências científicas pode levar a interpretações reducionistas, usos inadequados da pesquisa educacional e até mesmo à desvalorização da complexidade inerente aos processos de ensino e aprendizagem.

Um dos principais riscos associados à educação baseada em evidências refere-se à sua interpretação tecnicista ou prescritiva. Quando entendida como um conjunto de práticas “corretas” a serem aplicadas indistintamente em qualquer contexto escolar, a EBE perde seu caráter científico e se aproxima de modelos de padronização pedagógica. Conforme argumenta Lacerda (2023), evidência científica não equivale a receita pedagógica, uma vez que os resultados de pesquisas educacionais sempre dependem

de variáveis contextuais, institucionais e humanas.

Nesse sentido, a aplicação mecânica de práticas consideradas “baseadas em evidências”, sem análise do contexto escolar, do perfil dos estudantes e das condições materiais e formativas disponíveis, pode comprometer os próprios objetivos dessa abordagem. A evidência científica deve orientar a tomada de decisão pedagógica, e não substituí-la. O julgamento profissional do professor permanece central, devendo ser informado — e não anulado — pelo conhecimento científico.

Outro desafio significativo diz respeito à formação docente para o uso crítico das evidências. Muitos professores não tiveram, em sua formação inicial, contato sistemático com pesquisa científica, métodos de investigação educacional ou leitura crítica de estudos empíricos. Essa lacuna dificulta a interpretação adequada das evidências e pode levar tanto à rejeição indevida da pesquisa quanto à aceitação acrítica de discursos que se autodeclaram “científicos”.

Lacerda (2020) alerta que o uso impreciso do termo “evidências” no discurso educacional tem favorecido a legitimação de práticas pseudocientíficas, isto é, propostas que utilizam retórica científica sem atender aos critérios básicos de validade, confiabilidade e replicabilidade. Esse fenômeno reforça a necessidade de investir na formação científica dos educadores, para que possam distinguir evidências robustas de opiniões travestidas de ciência.

Além disso, a própria natureza da pesquisa educacional impõe limites à produção de evidências. Diferentemente de áreas como as ciências biomédicas, a educação lida com contextos dinâmicos e variáveis difíceis de controlar experimentalmente, como fatores socioeconômicos, culturais, afetivos e institucionais. Isso significa que nem todas as intervenções pedagógicas podem ser avaliadas por meio de estudos experimentais clássicos, e que resultados positivos observados em determinado contexto podem não se repetir da mesma forma em outros.

É importante destacar que evidências oriundas da psicologia cognitiva não invalidam outras formas de produção de conhecimento educacional, mas devem dialogar com elas. Nesse sentido, Devechi, Trevisan e Cenci (2022) ressaltam que a formação docente baseada exclusivamente em evidências de cunho experimental pode levar a um empobrecimento da prática pedagógica, caso desconsidere dimensões éticas, interpretativas e contextuais do processo educativo.

Autores como Hattie (2009) e Slavin (2019) reconhecem essas limitações ao enfatizar que evidências científicas indicam probabilidades de impacto, e não garantias absolutas de sucesso. Assim, a educação baseada em evidências exige uma postura epistemológica cuidadosa, que reconheça tanto o valor quanto os limites do conhecimento científico disponível.

Outro ponto crítico refere-se ao risco de redução da educação a resultados mensuráveis, especialmente quando as evidências são associadas exclusivamente a indicadores quantitativos de desempenho. Embora avaliações em larga escala e medidas de aprendizagem sejam importantes, elas não esgotam os objetivos da educação. Aspectos como desenvolvimento socioemocional, formação ética, senso crítico e participação cidadã demandam abordagens avaliativas mais complexas, muitas vezes de natureza qualitativa.

Nesse contexto, a educação baseada em evidências não deve ser confundida com uma educação orientada apenas por testes e rankings. Pelo contrário, seu potencial reside na capacidade de integrar diferentes formas de evidência, articulando dados quantitativos, pesquisas qualitativas e conhecimento profissional docente.

Por fim, destaca-se que a consolidação da educação baseada em evidências depende da construção de uma cultura institucional favorável ao uso da pesquisa, tanto em escolas quanto em sistemas educacionais. Isso envolve tempo para estudo, espaços de formação continuada, acesso a pesquisas de qualidade e incentivo à reflexão coletiva sobre a prática pedagógica. Sem essas condições, a EBE corre o risco de se tornar apenas mais um discurso prescritivo no cenário educacional.

Em síntese, reconhecer os limites e desafios da educação baseada em evidências é condição essencial para seu uso qualificado. Ao evitar simplificações, reducionismos e usos ideológicos da ciência, essa abordagem pode contri-

buir de forma significativa para decisões pedagógicas mais conscientes, éticas e contextualizadas, reafirmando o papel do professor como profissional reflexivo e intelectual do ensino.

IMPLICAÇÕES DA EDUCAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS PARA O CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

A incorporação da educação baseada em evidências no contexto educacional brasileiro envolve implicações profundas que ultrapassam a adoção de práticas pedagógicas específicas, alcançando a própria estrutura da formação docente, a organização institucional das escolas e a formulação de políticas públicas. Em um país marcado por desigualdades educacionais persistentes e por recorrentes baixos níveis de aprendizagem, o uso qualificado de evidências científicas pode contribuir para decisões educacionais mais eficazes, equitativas e socialmente responsáveis. Contudo, essa incorporação exige mudanças estruturais e paradigmas ainda pouco consolidados na educação brasileira.

No âmbito das políticas públicas, o uso de dados educacionais provenientes de avaliações em larga escala, como o SAEB e o IDEB, tem permitido mapear desigualdades, identificar fragilidades e monitorar a evolução dos sistemas de ensino. Todavia, tais informações frequentemente são utilizadas de forma descolada da prática pedagógica cotidiana, assumindo caráter meramente classificatório ou administrativo. A educação baseada em evidências propõe que esses dados sejam articulados a pesquisas educacionais e análises qualitativas, de modo a subsidiar intervenções pedagógicas fundamentadas e o planejamento de políticas mais sensíveis às realidades escolares.

No plano da gestão escolar, a educação baseada em evidências implica a construção de uma cultura institucional orientada pela investigação e pela reflexão sistemática sobre a prática. Gestores e coordenadores pedagógicos, ao utilizarem dados de aprendizagem, resultados de avaliações e evidências da literatura científica, podem promover decisões menos intuitivas e mais estratégicas. Essa mudança favorece uma gestão pedagógica comprometida não apenas com o cumprimento de metas, mas com a efetiva melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

Entretanto, um dos desafios mais relevantes para a consolidação da educação baseada em evidências no Brasil reside na formação inicial dos professores, particularmente nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas. De modo geral, as universidades têm historicamente formado profissionais da educação sob a lógica da transmissão de teorias e abordagens pedagógicas, priorizando o estudo de autores e correntes teóricas, muitas vezes sem o devido aprofundamento nos métodos de produção do conhecimento científico em educação.

Nesse modelo formativo, o futuro professor é preparado predominantemente como alguém que irá “aplicar” teorias ou “executar” propostas pedagógicas previamente legitimadas, e não como um profissional capaz de formular problemas de pesquisa, analisar dados, avaliar evidências e investigar sistematicamente sua própria prática. Essa formação contribui para a manutenção de uma distância significativa entre a universidade e a escola, bem como para a reprodução de teorias pedagógicas cuja eficácia empírica, em muitos casos, não foi suficientemente testada ou comprovada.

Pesquisas brasileiras têm evidenciado que a adoção acrítica da educação baseada em evidências na formação de professores pode resultar em um recuo tanto da teoria quanto da prática reflexiva. Devechi, Trevisan e Cenci (2022) apontam que, quando as “evidências” passam a ocupar o lugar de critério único de legitimidade, corre se o risco de reduzir a formação docente a padrões de eficácia definidos externamente ao campo educacional.

A educação baseada em evidências exige, portanto, uma mudança paradigmática na formação docente, que ultrapasse o modelo de formação de “estudiosos de teorias” e avance para a constituição de professores com mentalidade científica. Isso não significa transformar docentes em pesquisadores acadêmicos stricto sensu, mas formá-los como profissionais capazes de compreender como o conhecimento educacional é produzido, quais critérios conferem validade às evidências e como resultados de pesquisas podem — ou não — ser generalizados para diferentes contextos.

Como alerta Lacerda (2023), a ausência dessa formação científica favorece tanto a adoção acrítica de práticas pseudocientíficas quanto a rejeição ideológica da pesquisa educacional. Teorias pedagógicas passam a circular como verdades autoevidentes, legitimadas por autoridade intelectual ou tradição histórica, e não por estudos sistemáticos que comprovem seus efeitos sobre a aprendizagem dos estudantes. Esse cenário dificulta a consolidação de uma cultura educacional orientada pela investigação e pela avaliação contínua das práticas.

Nesse sentido, repensar a formação em Pedagogia e nas licenciaturas implica inserir, de forma estruturante, conteúdos relacionados à metodologia científica, leitura crítica de pesquisas, uso de dados educacionais e investigação da prática pedagógica. A educação baseada em evidências pressupõe professores capazes de formular hipóteses, analisar resultados, interpretar evidências e tomar decisões informadas, reconhecendo tanto o potencial quanto os limites da pesquisa educacional.

Além disso, essa mudança paradigmática tem implicações diretas para a equidade educacional. Evidências empíricas indicam que práticas pedagógicas fundamentadas em dados e pesquisas tendem a apresentar maior impacto justamente sobre estudantes em situação de vulnerabilidade. Assim, formar professores com capacidade investigativa e senso crítico contribui para reduzir desigualdades e fortalecer o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

Por fim, a consolidação da educação baseada em evidências no Brasil depende da aproximação efetiva entre universidades, redes de ensino e escolas. Essa articulação exige políticas institucionais que valorizem a pesquisa aplicada, incentivem parcerias entre pesquisadores e professores da educação básica e promovam a divulgação científica em linguagem acessível. Sem essa transformação cultural e formativa, a educação baseada em evidências corre o risco de permanecer como um discurso restrito ao campo acadêmico, distante das práticas pedagógicas reais.

Em síntese, as implicações da educação baseada em evidências para o contexto educacional brasileiro apontam para a necessidade urgente de repensar a formação docente, reconhecendo o professor como um profissional que ensina, decide, investiga e avalia sua prática à luz da ciência. Essa mudança de paradigma epistemológica e formativa é condição fundamental para que a educação baseada em evidências se consolide como instrumento de melhoria da qualidade e da equidade educacional, favorecendo práticas pedagógicas mais intencionais, conscientes e contextualizadas, e contribuindo para a construção de uma educação comprometida com a aprendizagem, a justiça social e o rigor científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação baseada em evidências apresenta-se, no cenário educacional contemporâneo, como uma abordagem capaz de qualificar a prática pedagógica, a gestão escolar e a formulação de políticas públicas, ao defender decisões educacionais informadas por pesquisas científicas sistemáticas. Ao longo deste artigo, buscou-se evidenciar que a centralidade das evidências não reside na adoção acrítica de práticas supostamente eficazes, mas na construção de uma cultura educacional orientada pela investigação, pela reflexão racional e pelo compromisso com a aprendizagem dos estudantes.

Ao discutir os fundamentos teóricos da educação baseada em evidências, foi possível compreender que essa abordagem se sustenta na articulação entre conhecimento científico, experiência profissional docente e análise contextual das realidades escolares. Autores como Hattie, Slavin e Willingham demonstram, a partir de diferentes perspectivas, que determinadas práticas pedagógicas apresentam impactos mais consistentes sobre a aprendizagem, enquanto outras, amplamente difundidas, carecem de respaldo empírico. No contexto brasileiro, contribuições como as de Lacerda reforçam a necessidade de diferenciar ciência educacional de discursos pseudocientíficos legitimados por tradição, autoridade ou intencionalidade pedagógica.

Entretanto, o artigo também evidenciou que a educação baseada em evidências não pode ser compreendida como um modelo prescritivo ou tecnicista. Seus limites e desafios — especialmente relacionados à complexidade dos fenômenos educacionais, à formação docente e ao

risco de redução da educação a indicadores mensuráveis — exigem uma abordagem crítica e ética. Evidências científicas indicam probabilidades de impacto, e não garantias absolutas, devendo ser utilizadas como suporte à tomada de decisão, e não como substituição do julgamento profissional do educador.

Nesse sentido, uma das implicações mais relevantes da educação baseada em evidências para o contexto brasileiro refere-se à necessidade de uma mudança paradigmática na formação de professores. A consolidação dessa abordagem exige superar o modelo formativo que concebe pedagogos e licenciados apenas como transmissores de teorias e conteúdos, avançando para a constituição de profissionais com mentalidade científica, capazes de formular problemas, analisar dados, interpretar pesquisas e investigar sistematicamente sua própria prática. Formar professores com base em evidências não significa transformá-los em pesquisadores acadêmicos stricto sensu, mas reconhecê-los como profissionais intelectuais do ensino, capazes de dialogar criticamente com a produção científica e de tomar decisões pedagógicas fundamentadas. Essa transformação é condição fundamental para reduzir a distância histórica entre universidades e escolas, bem como para enfrentar a circulação acrítica de teorias pedagógicas desprovidas de comprovação empírica.

Por fim, a educação baseada em evidências deve ser entendida como um compromisso ético com o direito à aprendizagem, especialmente em contextos marcados por desigualdades educacionais. Evidências empíricas indicam que práticas pedagógicas fundamentadas na ciência tendem a beneficiar, de modo mais significativo, estudantes em situação de vulnerabilidade. Assim, promover uma cultura educacional orientada por evidências não é apenas uma escolha técnica, mas uma decisão política e socialmente responsável.

Conclui-se, portanto, que a educação baseada em evidências não se configura como uma solução pronta para os desafios educacionais, mas como um caminho promissor para qualificar decisões pedagógicas, valorizar a profissão docente e fortalecer a construção de uma educação mais justa, reflexiva e comprometida com o conhecimento científico. Sua efetivação no contexto brasileiro depende do investimento contínuo na formação docente, da aproximação entre pesquisa e prática escolar e do reconhecimento do professor como sujeito ativo na produção e no uso do conhecimento educacional.

REFERÊNCIAS

BIESTA, Gert. Why “what works” won’t work: evidence based practice and the democratic deficit in educational research. Educational Theory, v. 57, n. 1, p. 1–22, 2007.

DAVIES, Philip. What is evidence based education? British Journal of Educational Studies, v. 47, n. 2, p. 108–121, 1999.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TREVISAN, Amarildo Luiz; CENCI, Ângelo Vitório. A abordagem da educação baseada em evidências científicas na formação de professores. Revista Brasileira de Educação, v. 27, e270106, 2022.

EDUCATION ENDOWMENT FOUNDATION. Teaching and Learning Toolkit. Disponível em: <https://educationendowmentfoundation.org.uk>. Acesso em: 19 mar. 2026.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, s.d.

HAMMERSLEY, Martyn. Is the evidence based practice movement doing more good than harm? Evidence & Policy, v. 1, n. 1, p. 85–100, 2005.

HATTIE, John. Teachers make a difference: what is the research evidence? Auckland: University of Auckland, 2009. Disponível em: <https://www.educationcounts.govt.nz>. Acesso em: 19 mar. 2026.

INEP. Indicadores e relatórios educacionais. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 19 mar. 2026.

KIRSCHNER, Paul A.; SWELLER, John; CLARK, Richard E. Why minimal guidance

during instruction does not work. Educational Psychologist, v. 41, n. 2, p. 75–86, 2006.

LACERDA, Lucelmo. Crítica à pseudociência em educação especial: trilhas de uma educação inclusiva baseada em evidências. São Paulo: Luna Edições, 2023.

OCDE. Education Policy Outlook. Disponível em: <https://www.oecd.org/education>. Acesso em: 19 mar. 2026.

SILVA, Cláudio Rodrigues da. O outro lado da educação baseada em evidências. Pro Posições, v. 35, e2024d0801BR, 2024.

SLAVIN, Robert E. Evidence based reform in education. Journal of Education for Students Placed at Risk, v. 24, n. 1, p. 1–15, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 19 mar. 2026.

THOMAS, Gary; PRING, Richard (org.). Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2007.

WILLINGHAM, Daniel T. Why don't students like school? A cognitive scientist answers questions about how the mind works and what it means for the classroom. San Francisco: Jossey Bass, 2009. Disponível em: <https://www.danielwillingham.com>. Acesso em: 19 mar. 2026.